A Zona Sul da Zona Norte:

Um Enclave Fortificado Invisível e as UPPs[1]

GT15: Comunicación y Ciudad

Tatiana da Silva Lima
Universidade Federal Fluminense, Brasil
tatianalima@limao.com.br

Resumo

Este trabalho discute como a homogeneização do tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro na Zona da Leopoldina promove uma estigmatização do espaço público como lugar político e social com a implantação da política de segurança pública das Unidades de Polícia Pacificadoras nos espaços de favelas. A partir do medo da violência, da fala do crime e das ações de pacificação nas favelas do Rio de Janeiro, em especial no Complexo do Alemão, há uma construção de campos simbólicos de reprodução de discursos políticos e sociais na antropologia urbana da região. Principalmente, a partir do discurso da mídia como palco dos valores de uso e troca do direito à cidade, regulando a percepção simbólica de classe e implantação de muros invisíveis de controle social da pobreza nos espaços de favelas. Tornando assim, as UPPs muros invisíveis de segregação social e do controle da ordem em prol da paz no tecido urbano social dos espaços não favelados da cidade do Rio de Janeiro.

Palavra-chave: Rio de Janeiro; UPPs; direito à cidade; tecido urbano,

[1] Trabalho apresentado para o Grupo de Temático Comunicación y Ciudad de XII Congresso Latinoamericano de Investigadores de La Comunicacion (Alaic 2014).

Introdução

Os antigos subúrbios da Central e da Zona Leopoldina, assim chamados por causa das linhas de trens de passageiros que atravessam a região, servem como um microcosmo das divisões de classe e as desigualdades sociais do país, especificamente da cidade do Rio de Janeiro. Dois fatores proporcionam tal assertiva sobre o tecido urbano: a geografia do local, o interesse do mercado e o desenvolvimento urbanístico do lugar que abriga uma razoável infraestrutura. Isso porque a região abriga além de moradias, comércios, serviços e hospitais, um complexo industrial de pequenas, médias empresas, sendo no passado um centro de grandes empresas instaladas como o centro de produção da Companhia Coca-Cola. Atualmente, há em curso uma revitalização urbanística na área que conta com investimentos do governo em habitação por meio do Programa de Aceleração do crescimento (PAC), de um novo corredor para ônibus articulados (BRT) que ligará a Penha à Barra da Tijuca e ao Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim (Galeão), investimento fomentado pela realização da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 na cidade, além da construção de um teleférico que serve de ponto turístico para o projeto de segurança pública da pacificação.

São exatamente esses três fatores do espaço público que emergem, cristalizam e aprofundam as desigualdades sociais desse lugar no espaço público da cidade em quatro campos: político, antropológico, de reprodução social e de significado, remetendo a uma realidade cotidiana de constante luta de classes no espaço urbano da cidade com enclaves invisíveis de controle da ordem para entrada do capital conforme os pressupostos teóricos de Henri Lefebvre (1991) ressalta que a própria cidade é uma obra.

A cidade, segundo o autor, contrasta com a orientação do capital devido à existência de uma relação intrínseca na direção do comércio, promovendo um efeito à obra de valor de uso e de produto que possui um valor de troca. Sendo que o valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir e a subordinar à cidade a uma realidade urbana excludente de direitos.Desta forma, a cidade seria um resultado da obra versus produto que traz uma realidade complexa e contraditória. A cidade como espaço do capital centraliza poder, inclusive diante à vida comunitáriaque em nada impede as lutas de classes.

É nesse panorama de tecido urbano de reprodução política, social e simbólica que ocorre a invasão do Complexo do Alemão em 2010 pelas forças de segurança do Estado para "pacificar" e "libertar" à população das 15 favelas que integram o tecido social dos bairros de Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha, pertencentes à Zona da Leopoldina, a partir da ideia de que é necessário retomar o território urbano da cidade ocupado por um poder paralelo[2]. Desta forma, integrando a favela ao espaço formal da cidade, incluindo, as outras áreas dos bairros da Zona Leopoldina. Segundo o discurso oficial, com as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) a população retomaria a sua cidadania, liberdade e paz.

Contudo, a proposta de reflexão deste artigo é problematizar esse conceito de segurança, paz e liberdade. Afinal, a população desta região passa a viver em um enclave fortificado invisível conforme os pressupostos teóricos de Teresa Pires Caldeira (2000). Não há muros, não há grades, mas esse tecido urbano passa a

[2] O poder paralelo, segundo o discurso do poder público, é o poder dos traficantes de uma determinada favela legislar sobre a vida de toda a comunidade localizada no território que ele ocupa e dominam as bocas de fumo, locais de venda de drogas. Os traficantes controlariam os acessos às favelas com poder para expulsar pessoas da área. Cobrariam pedágio de empresas, cancelariam projetos comunitários, fechariam escolas e teriam poder de vida e morte sobre a população a partir do uso da força armada. Com o território ocupado e dominador por essas facções, o Estado não conseguiria entrar para implantar e desenvolver políticas públicas para a área. Desta forma, passando a vigorar na localidade o poder paralelo do tráfico.

ser ocupado militarmente pela força policial para evitar o suposto “retorno de grupos criminosos para retomar novamente o território da cidade e dominá-la”. É imposta uma homogeneização do espaço conforme as orientações do mercado e do capital no tecido urbano da favela. Os moradores passam a conviver com um cotidiano de constante vigilância, mas não todos os moradores dos bairros da Zona Leopoldina. Apenas aqueles que estão inseridos dentro do tecido urbano das favelas. Para reflexão neste a artigo, vamos nos ater ao bairro de Ramos, um dos principais da região.

Segregação

O sociólogo LoïcWacquant (2004) ressalta em seus estudos que o gueto[3], ao contrário do que defendia Louis Wirth, não é uma “área natural” do tecido urbano, produto da “história da migração”, mas sim uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano (p.155). Isso porque o instrumento bifacetado do gueto produz um cerceamento e controle etno-racial, o que torna o gueto um dispositivo sócio organizador composto de quatro elementos: estigma, limite, confinamento espacial e encapsulamento econômico. Juntos, esses elementos empregam no espaço um meio de reconciliar dois propósitos contraditórios: exploração econômica e ostracismo social.

Segundo Lefebrvre (1991), os tecidos urbanos possuem diferentes sentidos de pertencimento, valores de usos e de troca, valorização econômica e de direito à cidade, o que cria uma contraposição entre os moradores pobres das favelas do

[3] O artigo remete a perspectiva de gueto definida por Loïc Wacquant como “uma área urbana restrita, uma rede de instituições ligadas a grupos específicos e uma constelação cultural e cognitiva (valores, forma de pensar ou mentalidades) que implica tanto o isolamento social-moral de uma categoria estigmatizada quanto o truncamento sistemático do espaço e das oportunidades de vida de integrantes do gueto. WACQUANT. Loïc. “Que é Gueto?Construindo um conceito sociológico”. Revista Sociologia e Política, Curitiba, 23, p. 155., nov. 2004.

Complexo do Alemão e da Penha (cidade informal) aos moradores do asfalto (cidade formal), seja no clamor por demandas de infraestrutura urbana, de segurança pública e de políticas públicas e sociais quanto no sentimento de pertencimento, de valorização de uso e troca dos equipamentos coletivos desse tecido urbano.

Isso porque a construção e o crescimento de favelas na Zona da Leopoldina trazem para esse tecido urbano os estereótipos do medo da pobreza e da violência existente no imaginário social da sociedade carioca desde a época da colonização e início da República. No Brasil, a difusão midiática do medo, da insegurança e da desordem pública serve há décadas para detonar sistemas políticos de urbanização que objetivam "neutralizar e disciplinar" as massas empobrecidas. Vera Malaguti (2003) mostrou que essa dinâmica foi introduzida com a escravidão, formando uma cultura socioeconômica e política de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Até hoje, essa cultura serve de norte para a execução de políticas públicas no espaço urbano, seja em infraestrutura ou na gestão de segurança na cidade. Principalmente, no Rio de Janeiro, vitrine da "massa negra, escrava ou liberta que se transformou num gigantesco Zumbi a assombrar a sociedade fluminense" (p. 117).

Ora a região do subúrbio do Rio de Janeiro, a Zona Leopoldina, é estigmatizada não só por abrigar essa população pobre expulsa da região central da cidade e que, justamente, firma moradia ali para servir ao trabalho industrial e de obra da cidade, como pela violência que a região passa a representar socialmente no campo político e simbólico para a sociedade. Principalmente, porque o crescimento das favelas da região ocorrido nos últimos 30 anos traz o "mito" de desurbanização e estagnação econômica desses espaços em consequência do aumento da pobreza e de uma violência – proveniente, segundo o discurso público, da entrada de facções criminosas de tráfico de drogas nas favelas da

região. Tal violência seria a responsável pelo fenômeno, de acordo com o discurso oficial do Estado, amplificado pela mídia, da saída de fábricas e indústrias dos subúrbios da Leopoldina, especialmente, do em torno do Complexo do Alemão, acarretando o esvaziamento econômico dos bairros, com perda patrimonial para seus moradores devido à desvalorização dos imóveis, opondo as classes pobres e médias que habitam os mesmos bairros da Zona da Leopoldina.

Classes sociais heterogêneas que assistem implantação da nova política de segurança pública a partir do medo, da insegurança, e clamando pelo restabelecimento da paz e segurança na cidade do Rio de Janeiro. Afinal, com a efetiva ocupação militar do território de favelas por meio da invasão e permanência policial do tecido urbano favelado com as instalações das UPPs, se poderia enfim, regular e fortificar a cidade como um bunker policial para revitalizar os subúrbios da Leopoldina. Desta forma, expurgando ou resguardando os "cidadãos de bem" do coração do mal[4].

Félix Guattari (1985) pensa a cidade a partir subjetividades entre a própria cidade e equipamentos coletivos, utilizando um sentido amplo que inclui todas as funções do Estado. Isso porque para o filósofo serão os equipamentos coletivos do tecido urbano os instrumentos de fabricação do espaço, tornando liso o território[5]. Ele reflete que a ordem capitalista imposta no mundo contemporâneo produz subjetividades que são definidos pelo filósofo como constrangimentos a nível espacial na formação do "território", seja esse território usado como instrumento e resultado de uma contínua luta de dominação e submissão ou porque às

[4]Declaração do Secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame em O Globo de 29/11/2010.

[5] Segundo Guattari, um espaço liso é um espaço desterritorializado, onde não há mais os mesmos tipos de circunscrições ou delimitações por emblemas étnicos ou religiosos, por exemplo. O território liso é a idéia de homogeneização que ocorre a partir de tecnologias administrativas, tais como censo, de constituição, de registros etc. Afinal, para existir a desterritorializado e, posteriormente, a reeteritorialização capitalista, o tecido urbano precisa deixar de ser estriado, ou seja, heterogêneo, para ser homogeneizar ao interesse do capital.

arquiteturas disciplinares e enquadradoras sobrepõem-se as formas particulares de apropriação, vivências cotidianas específicas que acabam por produzir territorialidades novas e imprevistas (p. 109).

A proposta de Guattari é discutir a dimensão espacial a partir de uma nova dimensão de luta política: a micropolítica do cotidiano. Esta dimensão estaria ligada, justamente, a essa ordem das subjetividades próprias da ordem capitalista individual e coletiva, que delimitam a funcionalidade do território por remeter ao binômio conceitual de território-espaço funcionando como um binômio regulador deste tecido urbano, em um conceito de micropolítica em relação à cidade.

Desta forma, diz Lefebvre (1985), as lutas de classe reforçam o sentimento de pertencer. Entretanto, esse sentimento de pertencimento não exclui desse território um “tecido urbano cerrado” com diferenciações e ampla divisão do trabalho técnico e social (p.16). Para ele, “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e políticos) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade” (p.15). Assim, no processo de industrialização e urbanização das cidades, explica Lefebvre, há regiões que são abandonadas para os pobres (que são expulsos do centro e áreas nobres), áreas que se tornam guetos para os desfavorecidos. Ainda que, regiões industrializadas, em geral, subúrbios, sejam criados a partir da chegada destes trabalhadores para servir de operários às indústrias.

Ora, hoje citada nos jornais frequentemente como Zona Norte, a área da Zona da Leopoldina é cortada pela linha de trem construída em 1868, época em que os morros do subúrbio eram regiões de grandes fazendas e engenhos, além da Avenida Brasil, inaugurada em 1946, com intuito de diminuir os custos de circulação de mercadorias.Dentre os bairros cortados pela linha férrea e a

Avenida Brasil, estão Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha; dividindo esse espaço urbano em microbairros com realidades sociais distintas devido ao desenvolvimento econômico investido pelo poder público em urbanização, além da geografia do território que abriga diversos morros da Serra da Misericórdia e a Baía de Guanabara. Ao longo do tempo de quase 150 anos a região passou por diferentes períodos de boom e estagnação econômica com crescimento e declínios urbanísticos.

Mas será o crescimento das favelas em torno do Complexo do Alemão e da Penha, além das favelas da Maré, que acarretará definitivamente nos subúrbios da Zona da Leopoldina, um processo de divisão do tecido urbano em microesferas no campo político e social. Seja com construções simbólicas de classe, permeando tanto o olhar do Poder Público mediante a urbanização do lugar ou pela representação social criada pelas subjetividades dos próprios moradores da região, assim como de outros moradores da cidade, por exemplo, os moradores da Zona Sul. Na prática, ocasionando um conflito de interesses econômicos e de classe que estão em permanente disputa promovido na esfera micropolítica do tecido social, captando um direito à cidade de uso dos espaços, de direito a pertencer aquele espaço diferente perante os próprios moradores da região, uma diferenciação que categorizamos como *tempos sociais distintos*.

Cartografias do tecido social

O chamado *Primeiro Tempo Social*da Zona da Leopoldina compreende o espaço territorial entre a Serra da Misericórdia (morro no qual se localizava os antigos engenhos) e a estação férrea. Surge no século 19, uma das primeiras áreas do tecido urbano a ser povoada e eram territórios de fazendeiros e escravos. A estação de trem de Ramos, por exemplo, foi construída por exigência do proprietário de um engenho, o fazendeiro Joaquim Fonseca Ramos, que cedeu

uma faixa para passagem da linha de trem com a condição de fazer uma estação de férrea para facilitar a vinda da família ao sítio. É o sobrenome do fazendeiro, ou seja, da família de elite da época, os Fonseca Ramos, que dá nome ao bairro e a estação de trem inaugurada em 1886, época em que o bairro era considerado como um lugar de moradia de certa elite da sociedade carioca. Em 1900, já no século 20, o bairro deixa aos poucos a característica rural e de elite para dá lugar a urbanização, justamente, em decorrência da facilidade da estação de trem.

Com a expulsão dos cortiços e favelas na região do centro da cidade realizada no começo de 1902 (para construção da Avenida Rio Branco, no governo de Pereira Passos), os morros da região norte do Rio de Janeiro, começaram a ser ocupados pela população pobre (ainda que lentamente), pois não havia alternativas de políticas públicas de habitação. Ainda assim, o bairro de Ramos, era o espaço de grandes comerciantes, até porque não foi somente a população pobre que é afastada da região central. Parte da sociedade carioca que viviam em grandes sobrados, casas e pequenos comércios na área também foram deslocados. O Almanaque Suburbano, de 1941, reportava as qualidades do local (o que revela que aquela época o bairro era reduto de um segmento da sociedade, ao qual hoje poderia ser considerada como classe média), da seguinte forma:

> Em 1931 a Vila Gérson (Ramos) era um dos melhores bairros residenciais do Rio por excelência, dispondo de magnífica praia de banhos (...). Presentemente a Vila Gérson (Ramos) tem 160 prédios, inclusive sobrado (...) toda a construção sólida, moderna, elegante, conforme as exigências da lei municipal. Comércio próprio, constituído por

confeitaria, padaria, vários armazéns, papelaria, armarinhos de fazendas, bar (...)[6]

Mas o boom da região acontece com a inauguração da Avenida Brasil. Será a partir da construção da via expressa em 1946, que surgirá o espaço do S*egundo Tempo Social* da região, compreendido entre o território à beira da Avenida Brasil e da linha férrea. O comércio e as indústrias de pequeno, médio e grande porte viriam a aumentar bastante às atividades e expandir o tecido social, transformando a região no principal polo industrial da cidade.

O acesso fácil de transportes públicos de massa e a uma avenida de tráfego expresso desperta interesse da especulação imobiliária para a considerada classe média da época, que procurava um bairro não tão isolado da região central da cidade e farto de prestação de serviço. Assim, instalaram-se nessa parte de Ramos diversos pequenos negócios (são pequenas empresas, como facções têxteis, gráficas, entre outras), além do inicio da construção de casas que terão um valor econômico maior em relação ao tecido urbano do bairro localizado na Serra da Misericórdia. Isso porque os morros adjacentes da Serra também vão sendo lentamente ocupados desordenadamente pelos. O Morro do Alemão surge em Ramos como opção de moradia e ao longo dos anos dará lugar às favelas do Complexo do Alemão, justamente, porque não havia iniciativas de uma política de habitação do governo federal. Foram quinze anos do governo de Getúlio Vargas, tempos de amplo e irrestrito incentivo a modernização do país, ou seja, a instalação de indústrias e grandes obras.

A região onde outrora ficava a “Copacabana do Subúrbio” assistiu mais uma vez o tecido urbano modificar-se. Com a construção da Avenida Brasil, começa a surgir às primeiras favelas que formarão o Conjunto de Favelas da Maré, é o *Terceiro*

[6]Trecho extraído em http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_petropolis/ramos.htm. Consulta realizada em 03/01/2014.

Tempo Social do tecido urbano do subúrbio de Ramos. Parte das casas de palafitas já existiam, eram moradas de pescadores que tiravam o sustento a partir da pesca na Baía de Guanabara, mas com a inauguração da Avenida Brasil mais indústrias se instalam e a região serve de novo a ocupação dos pobres que querem estar perto do trabalho como no Complexo do Alemão. Além disso, é construída a Ilha do Fundão: a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assim, oito ilhas são aterradas para abrigar as unidades da UFRJ, a partir de 1948. O processo é apenas concluído em 1953. Esse tempo social é constituído por operários das fábricas agora, migrantes nortistas e nordestinos a procura de emprego e oportunidade na região sudeste. Brasileiros com trabalho, mas sem teto e sem terra. Assim, começa o grande conglomerado de favelas da região formadas pelos antigos pescadores das ilhas e os migrantes. Um povo pobre que constrói suas casas de forma precariamente com o objetivo de estar próximo ao trabalho, ocupando um pedaço de terra que circunda a principal via expressa da cidade, compreendida entre a Avenida Brasil e a Baía de Guanabara. A favela da Maré será a maior de todas, crescendo e expandindo-se até ser considerado um conjunto de favelas.

Desta forma, a Zona da Leopoldina tem cada bairro divido em três partes com tecidos urbanos distintos. São temporalidades sociais do cotidiano dicotômicas. Na prática, é como se fossem três bairros diferentes no tecido urbano, que afeta a urbanização da territorialidade e da representação social, do significado dado ao bairro, ainda que esses espaços pertençam ao mesmo bairro.

Esses territórios possuem historicamente realidades econômicas díspares e recebem tratamentos do Poder Público desiguais, pois os investimentos governamentais seguem a lógica do capital. Essa história da formação do bairro traz reflexos, na realidade, na formação da população que vive um cotidiano na região através destes tempos sociaisdistintos, portanto, gerando não só classes

sociais heterogêneas como uma luta de classes a partir da representação da violência, do medo, da insegurança que passa a se fecha e demandar enclaves fortificados, seja por grades nas casas, muros altos ou a presença da polícia para assegurar a ordem. Para se compreender melhor, vamos ilustrar essa realidade realizando um recorte dos comentários cotidianos dos moradores do espaço geográfico do subúrbio, seguindo com o bairro de Ramos, como difusor da análise.

Bairro estigmatizado, mas de "classe"

É comum em cidades urbanas, ocorrer uma estigmatização de certos espaços da cidade. São os preconceitos sócios oriundos da formação da classe burguesa. E a Zona Leopoldina, no Rio de Janeiro, em especial o subúrbio de Ramos é estigmatizado de várias formas por cariocas de outras regiões, como por exemplo, os moradores da Zona Sul, área considerada nobre devido à proximidade das praias e que se destacou na região de aglutinação das classes ricas da cidade, o que consequentemente influenciou receber uma maior atenção do poder público no ordenamento do espaço. Morar na Zona Sul é sinônimo de status social no Rio.

Entretanto, é preciso dizer que a estigmatização da região da Leopoldina não é uma prática efetuada apenas por moradores da Zona Sul, ou seja, das áreas nobres. Os próprios moradores da região atribuem um status social diferente para cada microrregião do bairro. É principalmente por isso, que existem nos bairros da Zona da Leopoldina, esses*tempos sociais distintos* de espaço, porque o olhar sobre os bairros do subúrbio tanto para a população rica quanto para os próprios moradores de classe média e pobre possuem nuances diferentes em virtude das desigualdades sociais e econômicas criadas pela história de formação e desenvolvimento da região, exemplificada na análise pelo bairro de Ramos.

Um exemplo claro é o da tipificação de status socialcriada pelos moradores da Zona da Leopoldina, quando se pergunta a um morador de Ramos em qual bairro ele vive. Em geral, ele procura estabelecer um valor simbólico que na prática é econômico para as diferentes partes do bairro. Por isso, ele responde que mora em Ramos, mas acrescenta a resposta o seguinte comentário: “Moro em Ramos, mas na parte boa de Ramos”. Ainda, quando uma pessoa faz um comentário pejorativo em relação a estes bairros, dando uma conotação de “morar mal”, os habitantes dessa região tendem a valorizar essa parte territorial do bairro (localizado entre a estação férrea e a Avenida Brasil, o *segundo tempo social*), trançando uma analogia a áreas nobres da cidade. Espaços que têm no imaginário social do carioca, um simbolismo de *status* social, comentando então que: “Eu não moro mal não. Eu moro na parte do bairro que é a Zona Sul da Zona Norte”.

Isso ocorre, porque após a ocupação desordenada nos espaços territoriais aos quais denominei como *primeiro tempo sociale terceiro tempo social,* somados ao aumento da violência, o abandono do Estado à população pobre (deixados à própria sorte para urbanizar sozinhos esse tecido social construindo ruas, casas e esgoto nas favelas) e o crescimento do narcotráfico no Rio de Janeiro, em geral, alojado nas favelas, o espaço territorial justamente localizado no meio de todos os bairros da Zona da Leopoldina (que foi cortado pela linha do trem e pela via expressa da Avenida Brasil).

Como na região do *segundo tempo social* não há favelas, essa parte do tecido urbano não perdeu atenção do Poder Público, porque pequenos empresários e comerciantes cobravam do Estado investimentos no ordenamento e controle público na área. Ou seja, o espaço territorial onde se localiza o *segundo tempo social*, manteve o poder econômico através da permanência da classe média na área, dos pequenos comércios e fábricas. Ao contrário das indústrias do espaço

territorial do *primeiro* e *terceiro tempos sociai*s que a partir da década de 80, vivenciaram um processo de esvaziamento econômico com a saída das indústrias, dentre elas: a fábrica da Coca-Cola, entre outras. Assim, o *espaço do segundo tempos social*, a parte plana nlocalizado no entre a Avenida Brasil e a linha de trem, foi priorizada pelo poder público na aplicação de políticas públicas como esgoto, iluminação, construção de escolas, enfim, a urbanização do espaço público.

O resultado dessa equação de investimentos públicos díspares é que na prática, a área da Zona da Leopoldina, apesar de ser ocupada por parte da população classificada como pobre pela classe dominante, também abriga uma classe média que varia de baixa (com rendimentos de R$700 a R$1.750) a média (R$ 1750 a R$3.500)[7]. Sendo assim, existe uma estratificação da sociedade brasileira no próprio subúrbio da cidade, com desigualdades gritantes assim como na Zona Sul da cidade. Talvez, essas desigualdades sejam piores até, caso seja considerado como recorte a proximidade do espaço dividido por essa população.

Vamos a um exemplo econômico para ilustrar a proporção das desigualdades sociais e econômicas. É hábito dos moradores dessa parte resignificada e que trabalham no centro da cidade, preferir utilizar táxis (lotadas[8]) ou vans para realizarem seu deslocamento ao trabalho do que a usar a linha de ônibus 350 (Irajá-Passeio). Essa linha é a única que passa na região da Praça Mauá e que cruza de ponta a ponta a Avenida Rio Branco (principal avenida do centro da cidade). O trajeto dessa linha inclui a Avenida Leopoldo Bulhões, trecho onde fica situada a Favela de Manguinhos, outro bairro estigmatizado – contudo, em Maguinhos o estigma é de gueto de forma mais intensa conforme os dispositivos

[7] Dados extraídos de notícia publicada “A nova classe média”, pela revista Lê MondDiplomatique, mês de novembro/2010, com base no Pnud.
[8] As lotadas são corridas de táxis coletivas para a região do centro da cidade. Hábito comum na Zona da Leopoldina devido as péssimas condições de transporte público da região.

definidos por LoïcWacquant (2004), pois o bairro de Manguinhos não possui áreas fora da favela. A única exceção é a Fundação Oswaldo Cruz (um dos principais centros de pesquisa biomédicas do país) e a central de distribuição dos Correios. Mesmo com a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora na região de Manguinhos, os moradores do subúrbio de Ramos, seguem com medo de uma "revolta", da ocorrência de tiroteios ou roubos de carros, por isso, evitam o uso da linha ônibus 350.

Esse foi argumento mais repetido pelos habitantes entrevistados dentro das vans e táxis (lotadas) entre os dias 10/12/2013 a 5/01/2014. Em geral, eles disseram que usam o transporte alternativo porque sentem "medo de passar na favela e dos moradores da favela que entram no ônibus". Mas, por qual motivo? "Qualquer um pode ser um ladrão. Além disso, há moradores que estão sujos, gritam não tem modos. Pior, são os "cracrudos[9]". É importante destacar que a favela de Manguinhos e a Avenida Leopoldo Bulhões são constantemente classificadas pela mídia como um lugar perigoso e só aparece no noticiado quando há confrontos entre traficantes e policiais, o que também serve como prova de que "não é um comportamento seguro andar de ônibus ou carro pela Avenida Bulhões", que corta a favela de Manguinhos (citação de uma passageira na lotada de táxi, em 23 de dezembro de 2013). Em caso de engarrafamentos, os motoristas de táxi ou vans, chegam a pedir permissão para ir pela Avenida Leopoldo Bulhões. Quando passam pela avenida, travam todas as portas dos carros. O conforto e a rapidez do transporte alternativo também foram citados como um item para a escolha dos habitantes de Ramos para seguirem para o trabalho de vans e táxis.

A passagem de ônibus custa R$2,75. O transporte alternativo seja vans ou os lotadas-táxis R$10. Realizando um cálculo rápido, podemos perceber a diferença de renda dos moradores de Ramos. Por mês, um trabalhador com jornada de

[9]Cracrudos é o temo utilizados aos usuários da droga crack no Rio de Janeiro.

segunda-feira a sexta-feira, que cumpra no mês 21 dias de trabalho, e use o ônibus como meio de transporte, gastará em torno de R$ 115,50 (ida e volta usando dois modais). Já o morador que opta pelo transporte alternativo tem um gasto de R$ 420,00. Vale destacar que vans e táxis não aceitam o benefício do vale-transporte dado pelas empresas. Ou seja, o trabalhador da região retira uma parte da sua renda mensal para pagar esse custo de transporte alternativo, que caracteriza mais da metade do salário mínimo brasileiro vigente hoje no valor de R$ 680,00. Esse comportamento de viés econômico social serve de recorte para mostrar a equação perigosa entre desigualdade social, medo e mídia para a sensação de segurança pública da população carioca e, como os moradores do subúrbio de Ramos diferenciam-se e estabelecem uma relação distinta com os moradores das outra as partes do bairro.

Teresa Caldeira (2000) categoriza esse comportamento de estabelecer enclaves fortificados. Fenômeno de encarceramento que vem mudando a maneira das pessoas das classes média e alta de viverem, consumirem e trabalharem, e claro, de gastar seu tempo de lazer. A partir do medo da violência do sentimento de insegurança, a classe média está mudando o panorama do tecido da cidade por meio de um padrão de segregação espacial, do caráter do espaço público e das interações públicas de classe (CALDEIRA, p.258). Uma dinâmica que a antropóloga ressalta não pertencer aos arredores imediatos, mas a redes invisíveis de subjetividade (Caldeira, apud Cenzatti e Crawford 1998). Assim, a classe média se encarcera em casas com câmeras, muros altos, condomínios fechados e clama por uma política de segurança que ofereça outro enclave, que resguarde, no caso de Ramos, a segurança das famílias nesse pedaço “da Zona Sul da Zona Norte”. Porque as favelas, o gueto existente no bairro remete a esse medo dos “pobres”, essa ideia de que qualquer favela pode representar um perigo, uma violência. Trata-se de um medo antigo da insurgência das classificadas “classes perigosas”. Em especial, no Brasil, esse medo está na raiz da luta de

classes sociais, de uma sociedade remanescente da burguesia, que nos tempos atuais permanece igual no sistema vigente do capitalismo neoliberal.

Pressuposto teórico de Teresa Caldeira (2000) que coteja a ideia de espaço liso de Guattari (2004). Porque o foco do estudo dos autores é mostrar como a homogeneização por meio do instrumento de equipamentos coletivos, transformam o espaço do tecido urbano estriado, ou seja, heterogêneo, em espaço liso. Para Guattari, esse alisamento do espaço pode ocorrer através de marcas, das mídias com seus programas de televisão e enquadramento jornalístico de mundo, ou seja, pelas subjetividades. Como exemplo, ele cita a Coca-Cola e a TV Globo e as novelas. Para ele, essa lógica existe para atender ao capital, provendo um alisamento capitalístico e uma reterritorialização artificial.
Já para Tereza Caldeira, essa homogeneização espacial ocorrer por enclaves fortificados a partir do interesse econômico e urbanístico do Estado em diversas regiões, além da vontade de selecionar quem está inserido ou merece fazer parte do clube, pois o que se busca é um status social que não deve ser para todos. É por isso que Caldeira (2000) cita como exemplos de enclaves fortificados "conjuntos de escritórios, shopping centers, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, ou seja, se homogeneizar", (Caldeira, p 258). Lugares que, segundo ela, passam a serem tipos de enclaves por partilharalgumas características básicas: ser de uso de propriedade privada para uso coletivo e/ou enfatizar o valor do que é privado e restrito, ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. "São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior, não em direção à rua"(p.259). Além de possuir um sistema de vigilância para expurgar o mal dos muros visíveis ou não do enclave.

Conclusão

Esse sistema de construção de muros simbólicos existe a partir das subjetividades do tecido urbano e de seus moradores, mas também a partir da legitimação das empresas de comunicação: a mídia. Isso porque o jornalismo como um produto precisa ser vendido para geração de lucro, de capital. É por isso que mídias como o jornal O Globo seguem a agenda "pública" de interesses econômicos políticos e normatizam situações de igualdade. Se Estado tem olhos vendados para as áreas de baixos índices de desenvolvimento social (IDHs) e não reverte o dinheiro público para implantação de melhorias na infraestrutura desses espaços, a mídia também não frequenta ou reportar a realidade cotidiana desses lugares, exceto em caso de violência. Afinal, a sensação de medo e insegurança proporcionada pela violência urbana do Rio de Janeiro é um produto rentável.

A dimensão da comunicação na construção do tecido urbano, do espaço/território foi percebida por Guattari (2004). "Daria para dizer que os territórios produzidos pela reterritorialização capitalística são a tela da TV" (p.113). Isso porque segundo o nível social de um morador se veria afetado por certo tipo de espaço, mas não de território. Já Teresa Caldeira (2000) enfatiza que, apesar dos enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e, com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação, esses sistemas podem estar em qualquer lugar a partir de dispositivos tecnológicos comunicacionais.

Ora, a ação da invasão das favelas do Complexo do Alemão, amplamente reportada pelos jornais, teve na mídia um dos principais palcos de normatização de "ideias" e leituras do espaço público nos campos: políticos, simbólicos, antropológicos e de reprodução social. Isso porque a massificação da notícia e de um noticiário de guerra pode ter convencido a população que, a instalação de um

bunker policial, as UPPS, nos espaços do tecido das favelas é uma solução para a violência cotidiana. Desta forma tornando o gueto um dispositivo sócio organizador composto pelos quatro elementos destacados nos estudos de Wacquant (2004): o estigma, o limite, o confinamento espacial e encapsulamento econômico. Assim, esses elementos podem empregam no espaço um meio de reconciliar dois propósitos contraditórios: exploração econômica e ostracismo social.

Afinal, há um sistema de construção de muros simbólicos (Caldeira, 2000) com o a implantação das UPPs, um muro simbólico de controle e homogeneização do espaço no qual as empresas de comunicação e de jornalismo estão inseridas, por produzirem um jornalismo como um produto que precisa ser vendido para geração de lucro, de capital, que vende o valor de uso e troca da obra, da cidade (Lefebvre), a partir da agenda "pública" de interesses econômicos políticos que as empresas jornalísticas seguem na cobertura de fatos, especialmente os da violência urbana.

O sociólogo Glassner (2000)enfatiza que: "Quanto maior a diferença entre ricos e pobres, maiores são os índices de mortalidade por doenças cardíacas, câncer ou homicídios. A combinação de desigualdade e pobreza extrema é sempre explosiva" (p.13). Ele ainda ressalta que a cultura do medo esconde os problemas sérios, porque a população vê o pobre como um problema, como um caso de polícia e ignora a crise social que está posta na sociedade. Assim, a realidade é que a questão de cidadania não é tratada de forma igual pela mídia ou pelo Estado. A polícia chega junto com a repressão para atender ao capital que vê o espaço segregado como um novo mercado, mas não os programas sociais e políticas que de fato podem transformar a vida dos habitantes do gueto (GLASNER, 2000, p.13).

Portanto, a sensação de medo e insegurança proporcionada pela violência urbana do Rio de Janeiro, é um produto rentável. Afinal, cria-se um mercado da segurança pessoal, dos dispositivos para segurança de aglomerados de pessoas (condomínios). Resumindo, se sentir seguro passa a ter preço, valoriza o imóvel e qualifica o *status quo* do espaço.Principalmente, quando o mercado político e econômico tem na mídia um braço para publicizar esse medo e pacificar a sensação de segurança, mesmo com um espaço ocupado militarmente. É por isso que, amplamente o sistema político econômico e sustentação essa organização social de classes, no qual as diferenças sociais das classes dentro da sociedade são alimentadas a serem cada vez "protegidos" pelos governos, tendo a mídia como a mediadora da alegação política e econômica de que vivemos em território de guerra. Com esse argumento, os verdadeiros motivos da violência urbana, que são justamente as grandes desigualdades sociais presentes na cidade, são escamoteados diariamente até serem ignorados. O recado político disseminado pela mídia é simples: se você não é consumidor, não é cidadão. É um conceito capitalista neoliberal. É por isso que o modelo de enclave fortificado invisível atende ao mercado, os serviços que chegam são de consumo de produtos, a exemplo, temos os crédito de bancos e TV por assinatura. Desta forma, se estabelece um olhar criminalizante e alienante em relação à favela, "ao transformá-la no território visto apenas como lugar disseminadora de crime e nem um lugar da ausência – "o lugar de coitados, no senso comum generoso", contribuindo no final, para a constituição dessa suposta cidade partida e da perpetuação de que não precisa ter solução. De acordo com o sociólogo Linhares, "a agenda que surge dessa visão é policialesca e segregacionista"[10].

Essa reflexão de invasão da fala de crime no cotidiano de Caldeira coteja a ideia de grande virada que afeta a estriagem do tecido urbano social de Guattari (2004) que inventam uma nova forma de relaciona-se com o espaço. Lefebvre (1985)

[10]LEITÃO, cit. op., 41

também elucubra sobre esses novos modos de vida no tecido urbano. O autor reflete que há o modo de vida do “habitar” e do “habitat”. O que concebe o sentido do habitar era poder participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade, permitindo os cidadãos que habitassem esse espaço (p.16). Contudo, as estratégias de classe abriram um caminho para especulação da mobilização da riqueza até mesmo nas classes operárias, moralizando esse habitar. Desta forma, cria-se o significado de habitat que propõe uma característica funcional e abstrata a esse espaço urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Caldeira, T. P. (2000). Enclaves fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada. In: *Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Editora 34/Edusp.

Guatari, F. (1985). Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In Espaço e debates, (16). São Paulo.

Lefebvre, H. (2001). Industrialização e urbanização. Noções preliminares". In: *O direito à cidade.* São Paulo: Editora Centauro.

Leitão, J. (2009). Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. In: Silva & Souza, J. (orgs.). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro, Observatório de Favelas.

Malaguti, Vera. (2003). *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.* Rio de Janeiro: Revan.

Ramos, S., & Paiva, A. (2005). *Mídia e violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil*. Relatório preliminar. Rio de Janeiro: Cesec.

Glassner, B. (2003). *Cultura do Medo.* São Paulo: Francis.

Ventura, Z. (1997). *A cidade partida*. São Paulo: Schawacrz.

Wacquant. L. (2004, nov.) Que é Gueto? Construindo um conceito sociológico". In *Revista Sociologia e Política*, (23), 155-164. Curitiba.